



Escola de Administração Fazendária
Missão: *Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.*



Ministério do
Turismo

Edital ESAF n. 79, de 06/12/2013

Prova 2

**Conhecimentos
Específicos**

Cargo:

Contador

Instruções

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra **legível**, para posterior exame grafológico:
"Autoconfiança é o primeiro segredo para se atingir o sucesso."
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **50 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 8.34 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso público.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 - Assinale a opção correta.

- a) O Princípio da Prudência especifica que ante duas alternativas, igualmente válidas, para a quantificação da variação patrimonial, deverá ser adotado o maior valor para os bens e direitos e o menor valor para as obrigações ou exigibilidades.
- b) Segundo o Princípio Contábil da Competência, as despesas e receitas devem ser contabilizadas como tais, no momento de sua ocorrência, independentemente de seu pagamento.
- c) O Princípio Contábil da Prudência aconselha que se deve sempre contabilizar a previsão de possíveis Prejuízos e nunca a antecipação de possíveis Lucros.
- d) Segundo o Princípio Contábil da Competência, o reconhecimento da receita de uma venda a prazo deverá ocorrer apenas no momento do recebimento de seu valor.
- e) O Princípio Contábil da Prudência determina que, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos outros princípios fundamentais de contabilidade, deverá ser escolhida a opção que menos diminui ou mais aumenta o valor do Patrimônio Líquido.

2 - Assinale a opção correta.

- a) Na representação gráfica do patrimônio, devem constar os grupos Ativo Circulante, Ativo Permanente, Passivo Circulante e Patrimônio Líquido.
- b) Capital Social é o mesmo que o capital aplicado pelos sócios na atividade empresarial.
- c) O capital próprio mais o capital de terceiros é o capital aplicado no patrimônio.
- d) O valor dos bens, dos direitos e das obrigações é o valor do patrimônio líquido da empresa.
- e) Dá-se o nome de patrimônio bruto ao valor dos ativos aplicados na atividade empresarial.

3 - Uma das despesas mais usuais em qualquer entidade é a despesa com pessoal. Tomemos como exemplo uma atividade realizada por apenas um empregado contratado, o qual tenha demandado gastos mensais com a seguinte composição:

salário mensal do empregado	R\$ 1.000,00
adiantamento salarial	R\$ 250,00
previdência social, parte patronal	21%
previdência social, parte do segurado	11%
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	8%

Considerando que tenha sido este o fato ocorrido, podemos dizer que essa empresa deverá contabilizar uma despesa no valor de

- a) R\$ 1.400,00
- b) R\$ 1.320,00
- c) R\$ 1.290,00
- d) R\$ 1.210,00
- e) R\$ 1.150,00

4 - O Supermercado do Sul S.A. adquiriu 5 mesas e as cadeiras correspondentes para uso em seu escritório interno. O pagamento da operação foi em moeda corrente, sendo 2 unidades de cada conjunto a R\$ 750,00, com incidência de IPI no valor de R\$120,00, e de ICMS no valor de R\$ 270,00. O registro contábil no patrimônio da empresa será nas seguintes contas:

- a) Móveis e Utensílios, a débito R\$ 1.500,00
ICMS a Recuperar, a débito R\$ 270,00
IPI a Recuperar, a débito R\$ 120,00
Bancos conta Movimento, a crédito R\$ 1.890,00
- b) Móveis e Utensílios, a débito R\$ 1.230,00
ICMS a Recuperar, a débito R\$ 270,00
IPI a Recuperar, a débito R\$ 120,00
Bancos conta Movimento, a crédito R\$ 1.620,00
- c) Móveis e Utensílios, a débito R\$ 1.500,00
IPI a Recuperar, a débito R\$ 120,00
Bancos conta Movimento, a crédito R\$ 1.620,00
- d) Móveis e Utensílios, a débito R\$ 1.350,00
ICMS a Recuperar, a débito R\$ 270,00
Bancos conta Movimento, a crédito R\$ 1.620,00
- e) Móveis e Utensílios, a débito R\$ 1.620,00
Bancos conta Movimento, a crédito R\$ 1.620,00

5 - A firma Entreoutras Ltda. acertou o pagamento antecipado de uma conta de R\$ 7.000,00, aceitando um desconto financeiro de 15%, o que provocou a necessidade de efetuar um registro contábil na forma seguinte:

- a) Débito de contas a Pagar R\$ 7.000,00
Crédito de Caixa R\$ 5.950,00
e Crédito de Receitas R\$ 1.050,00
- b) Débito de Caixa R\$ 5.950,00
Débito de Receitas R\$ 1.050,00
e Crédito de Contas a Pagar R\$ 7.000,00
- c) Débito de Contas a Pagar R\$ 8.050,00
Crédito de Caixa R\$ 7.000,00
e Crédito de Receitas R\$ 1.050,00
- d) Débito de Caixa R\$ 7.000,00
Crédito de Contas a Pagar R\$ 5.950,00
e Crédito de Receitas R\$ 1.050,00
- e) Débito de contas a Pagar R\$ 7.000,00
Crédito de Caixa R\$ 5.950,00
e Crédito de Descontos Concedidos R\$ 1.050,00

Área para rascunho

6 - A Empresótima Ltda. prestou serviços pelo valor de R\$ 8.000,00 e aceitou uma duplicata para 30 dias. Na liquidação dessa letra, em moeda corrente, ocorreu a incidência de juros de 12%, por isto também deverá ocorrer o seguinte registro contábil:

a) Débito de Caixa	R\$ 8.960,00
Crédito de Duplicatas a Receber	R\$ 8.000,00
e Crédito de Receitas	R\$ 960,00
b) Débito de Duplicatas a Receber	R\$ 8.000,00
Débito de Despesas	R\$ 960,00
e Crédito de Caixa	R\$ 8.960,00
c) Débito de Caixa	R\$ 8.000,00
Crédito de Duplicatas a Receber	R\$ 7.040,00
e Crédito de Receitas	R\$ 960,00
d) Débito de Caixa	R\$ 8.960,00
Crédito de Duplicatas a Pagar	R\$ 8.000,00
e Crédito de Receitas	R\$ 960,00
e) Débito de Duplicatas a Pagar	R\$ 8.000,00
Débito de Despesas	R\$ 960,00
e Crédito de Caixa	R\$ 8.960,00

7 - O Empório das Máquinas S.A. realizou a prazo a compra de máquinas com a intenção de revender. A operação foi a seguinte: aquisição de 3 unidades a R\$ 1.200,00 cada uma, com incidência de 18% de ICMS, e de 5% de IPI. A contabilização no livro Diário foi a seguinte:

a) Mercadorias	3.600,00
ICMS a Recuperar	648,00
IPI a Recuperar	180,00
a Duplicatas a Pagar	4.428,00
b) Mercadorias	2.952,00
ICMS a Recuperar	648,00
IPI a Recuperar	180,00
a Duplicatas a Pagar	3.780,00
c) Mercadorias	3.132,00
ICMS a Recuperar	648,00
a Duplicatas a Pagar	3.780,00
d) Mercadorias	3.600,00
IPI a Recuperar	180,00
a Duplicatas a Pagar	3.780,00
e) Mercadorias	3.780,00
ICMS a Recuperar	648,00
a Duplicatas a Pagar	4.428,00

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

8 - Estamos no exercício social de 2013 e compulsamos, entre diversas contas e saldos, os seguintes títulos:

Despesas do exercício seguinte	R\$ 250,00
Despesas do exercício	R\$ 400,00
Despesas a pagar	R\$ 520,00
Despesas do exercício anterior	R\$ 180,00
Despesas a vencer	R\$ 210,00
Receitas a receber	R\$ 270,00
Receitas a vencer	R\$ 145,00
Receitas de exercícios futuros	R\$ 230,00
Receitas de exercícios anteriores	R\$ 370,00
Receitas do exercício	R\$ 720,00

Após as apurações e classificações levadas a efeito para montagem das demonstrações contábeis do exercício de 2013, podemos dizer que os elementos acima indicados vão colaborar na equação contábil com a diferença

- a) devedora de R\$ 15,00.
- b) credora de R\$ 175,00.
- c) credora de R\$ 320,00.
- d) credora de R\$ 485,00.
- e) credora de R\$ 675,00.

9 - Em 2012 a Empresadenada S.A. tinha créditos a receber no valor de R\$ 150.000,00 e mandou provisionar 3% deles para prevenir possíveis perdas na sua liquidação que, àquele momento, já era duvidosa. Entretanto, durante o exercício de 2013, só foram confirmadas perdas de 2% daqueles créditos.

Em 31 de dezembro de 2013, a empresa possuía créditos a receber no montante de 120% do valor anterior e mandou fazer a provisão para perdas prováveis em 2014 à mesma taxa de 3%.

Mesmo reconhecendo eventual reversão ou complementação, o saldo da provisão para perdas, no balanço de 2013, deverá ser de

- a) R\$ 2.400,00
- b) R\$ 3.600,00
- c) R\$ 3.900,00
- d) R\$ 4.500,00
- e) R\$ 5.400,00

10- A empresa Máquinas, Móveis e Mercadorias S.A., em abril de 2009, adquiriu 4 máquinas de igual valor e pagou por elas, à vista, R\$ 10.000,00. A vida útil foi estimada em 10 anos e o valor residual em 20%. Em 30 de setembro de 2013, a empresa vendeu uma dessas máquinas por R\$ 1.000,00, a prazo.

Uma vez realizada esta operação, pode-se dizer que a empresa contabilizou perda de capital no valor de

- a) R\$ 600,00
- b) R\$ 375,00
- c) R\$ 500,00
- d) R\$ 100,00
- e) R\$ 875,00

11- Observe a seguinte relação de contas e saldos extraída do Razão da firma Escoras e Andaimes S.A. em 31 de dezembro:

Ações de Coligadas	R\$ 1.100,00
Ações em Tesouraria	R\$ 200,00
Caixa	R\$ 1.300,00
Capital a Realizar	R\$ 3.000,00
Capital Social	R\$ 15.000,00
Clientes	R\$ 2.500,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 2.890,00
Depreciação Acumulada	R\$ 900,00
Despesas do Exercício Seguinte	R\$ 600,00
Despesas Operacionais	R\$ 430,00
Despesas não Operacionais	R\$ 190,00
Duplicatas a Receber	R\$ 2.400,00
Fornecedores	R\$ 5.000,00
Imóveis	R\$ 11.000,00
Impostos a Recolher	R\$ 1.300,00
Impostos Faturados	R\$ 410,00
Mercadorias	R\$ 2.200,00
Móveis e Utensílios	R\$ 2.300,00
Receitas de Vendas	R\$ 4.000,00
Receitas não Operacionais	R\$ 70,00
Reserva de Capital	R\$ 300,00
Reserva Legal	R\$ 350,00
Salários a Pagar	R\$ 2.000,00
Títulos a Pagar	R\$ 2.100,00
Títulos a Receber LP	R\$ 500,00

O Balanço Patrimonial elaborado a partir do rol de contas acima vai evidenciar um Patrimônio Líquido no valor de

- a) R\$ 12.450,00
- b) R\$ 12.600,00
- c) R\$ 12.650,00
- d) R\$ 15.450,00
- e) R\$ 15.600,00

12- Analise as cinco assertivas a seguir, a respeito de reservas de lucros, e assinale a opção que indica uma informação incorreta.

- a) Na Demonstração do Resultado do Exercício, apura-se o Lucro (ou Prejuízo) do ano. Assim, a demonstração termina com o resultado líquido (lucro ou prejuízo), já deduzidos o imposto de renda e as participações, que será transferido para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- b) A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar Prejuízos ou aumentar Capital.
- c) O estatuto poderá criar reservas desde que, para cada uma, indique a sua finalidade; fixe os critérios para determinar a parcela dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição e estabeleça o limite máximo de Reservas.
- d) A parte do lucro não distribuída aos proprietários e não utilizada para aumento de Capital, reservas e outros fins, será acumulada na conta denominada Lucros ou Prejuízos Acumulados. Essa prática só é possível para as sociedades anônimas.

Área para rascunho

- e) A Reserva de Lucros a Realizar é optativa, mas poderá ser deduzida do lucro líquido do exercício para cálculo do lucro que servirá de base para distribuição de dividendos.
- 13- O balanço tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da empresa em determinada data. Assim fez a empresa Máxima S.A., em 31 de dezembro de 2012, com os elementos abaixo relacionados.

Receitas de Vendas	R\$ 5.500,00
Caixa	R\$ 900,00
Ações de Coligadas	R\$ 2.100,00
Capital Social	R\$ 14.000,00
Títulos a Pagar	R\$ 2.100,00
ICMS sobre Vendas	R\$ 600,00
Clientes	R\$ 2.200,00
Provisão p/ Perdas em Investimentos	R\$ 300,00
Capital a Realizar	R\$ 2.500,00
Fornecedores	R\$ 2.000,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 2.720,00
Duplicatas a Receber	R\$ 2.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 2.300,00
Reserva Legal	R\$ 400,00
Impostos a Recolher	R\$ 1.100,00
Despesas de Aluguéis	R\$ 830,00
Mercadorias	R\$ 3.200,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 9.000,00
Reserva de Capital	R\$ 500,00
Provisão para o Imposto de Renda	R\$ 790,00
Comissões Passivas	R\$ 170,00
Despesas do Exercício Seguinte	R\$ 800,00
Depreciação Acumulada	R\$ 1.800,00
Ações em Tesouraria	R\$ 300,00
Contribuições a Recolher	R\$ 200,00
Receitas Financeiras	R\$ 110,00
Provisão para Devedores Duvidosos	R\$ 120,00
Salários a Pagar	R\$ 1.700,00
Títulos a Receber LP	R\$ 1.000,00

Na demonstração de contas e saldos acima, uma vez organizado corretamente o Balanço, vamos encontrar um

- a) resultado líquido do exercício de R\$ 1.180,00.
- b) passivo circulante de R\$ 7.690,00.
- c) ativo circulante de R\$ 9.100,00.
- d) patrimônio líquido de R\$ 12.100,00.
- e) ativo não circulante de R\$ 12.300,00.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

14- As informações abaixo foram extraídas da Ficha de Controle de Estoques de determinada mercadoria, na empresa Comercial de Varejos S.A., em 31/12/2013.

quantidade no estoque inicial	250
quantidade comprada no período	750
quantidade vendida no período	800
preço de compra no período	R\$ 16,00 por unidade
preço de venda no período	R\$17.600,00 pelo total vendido
ICMS sobre compra	17%
ICMS sobre vendas	17%
valor do estoque inicial	R\$ 3.500,00

A partir das informações acima, pode-se dizer que o valor do estoque final, avaliado pelo método do preço médio ponderado, é de

- a) R\$ 2.575,00
- b) R\$ 2.692,00
- c) R\$ 2.728,00
- d) R\$ 3.100,00
- e) R\$ 4.140,00

15- Na empresa Tal Qual Lemos S.A., o lucro do exercício, quando ocorre, é distribuído da seguinte forma: 30% para dividendos obrigatórios, 10% para Participações Estatutárias de Administradores, 10% para Reservas Estatutárias, 5% para Reserva Legal.

No presente exercício o lucro líquido do exercício antes do imposto de renda foi no montante de R\$ 90.000,00, dele devendo-se deduzir um imposto de renda de R\$ 36.000,00. Sendo contabilizada a distribuição acima proposta, certamente, vamos encontrar um dividendo obrigatório no valor de

- a) R\$ 12.150,00
- b) R\$ 12.465,90
- c) R\$ 12.393,00
- d) R\$ 13.851,00
- e) R\$ 14.580,00

16- A respeito da convergência da contabilidade pública brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16 editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, é correto afirmar, exceto:

- a) a convergência às normas internacionais é uma necessidade, tendo em vista as peculiaridades e o estágio de desenvolvimento do Brasil.
- b) a adoção de procedimentos padronizados para a contabilidade deve atender aos objetivos de convergências estabelecidos pelo Comitê Gestor da Convergência no Brasil instituído pelo CFC.
- c) a edição de normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e Plano de Contas Nacional para o setor público atendem às necessidades de convergência às normas internacionais de contabilidade.

d) o acompanhamento contínuo das normas contábeis aplicadas ao setor público editadas pelo CFC e pelo *International Federation of Accountants – IFAC* tem por finalidade garantir que os Princípios Fundamentais de Contabilidade sejam respeitados no setor público.

e) embora estejam submetidos às regras da Lei n. 4.320/1963, os Estados, o Distrito Federal e os municípios não estão sujeitos à convergência às normas internacionais em razão da independência das esferas de governo garantida pela Constituição Federal.

17- A respeito da organização e do papel dos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal, é correto afirmar, exceto:

a) estão sob a orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do sistema, mesmo os integrantes de outros Poderes da União.

b) as atribuições de órgão setorial de contabilidade no âmbito da Presidência da República é desempenhada pela Controladoria Geral da União – CGU.

c) são responsáveis pelo acompanhamento contábil de determinadas unidades gestoras ou órgãos no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi.

d) é atribuição do órgão setorial o registro da conformidade contábil.

e) são caracterizados como setoriais de unidade gestoras, setoriais de órgãos e setoriais de órgãos superiores.

18- Assinale a opção que indica um dos aspectos importantes a ser observado na aplicação do princípio contábil da oportunidade nas entidades do setor público.

a) A contabilidade do setor público não pode se limitar ao registro dos fatos decorrentes da execução orçamentária, mas também levar em conta todos os demais que alteram a composição do patrimônio.

b) É importante que os elementos patrimoniais sejam avaliados com suficiente regularidade, de maneira que seu valor registrado não difira significativamente daquele que pode ser determinado utilizando-se os critérios pertinentes para cada elemento patrimonial no encerramento do balanço.

c) É relevante estimar os passivos contingentes que representam obrigações possíveis, bem como ativos contingentes que são possíveis ativos, que dependem de decisão que não estão sob o controle da entidade.

d) É necessário que se reconheça as transações e os eventos nos períodos a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

e) O cumprimento da destinação social do patrimônio da entidade deve ser observado, ou seja, deve continuar existindo enquanto perdurar a sua finalidade.

- 19- Em relação ao passivo exigível e às etapas da execução orçamentária, é correto afirmar:
- a) a etapa denominada *empenho em liquidação* é necessária para proporcionar a soma dos valores empenhados ao passivo financeiro quando o fato gerador ocorrer depois da emissão do empenho.
 - b) a evidenciação da ocorrência do fator gerador se dá com a liquidação de despesa, mesmo quando existe lapso de tempo significativo entre a entrega do bem ou serviço e a efetiva liquidação da despesa.
 - c) o passivo financeiro não é afetado pelos atos de natureza orçamentária visto que sua apuração ocorre em contas do patrimônio.
 - d) o pagamento, última etapa da execução orçamentária, é a efetiva saída de recurso financeiro que ocasionará a baixa de um passivo exigível existente.
 - e) a emissão da nota de empenho pelo ente público determina o reconhecimento de passivo exigível em razão da obrigação gerada pelo comprometimento do crédito orçamentário.
- 20- Na formação do patrimônio público, integram o patrimônio líquido/Saldo Patrimonial as seguintes rubricas, exceto:
- a) Ações em tesouraria.
 - b) Ajustes de avaliação patrimonial.
 - c) Resultado diferido.
 - d) Reservas de capital.
 - e) Resultados acumulados.
- 21- Tendo em vista que as variações patrimoniais da entidade pública são classificadas em qualitativas e quantitativas, assinale a opção que indica a ocorrência de variações qualitativa e quantitativa, respectivamente.
- a) Recebimento de bens por doação, pagamento de despesa com pessoal ativo.
 - b) Recebimento de tributo lançado, baixa de equipamento obsoleto.
 - c) Amortização de empréstimo, recebimento antecipado proveniente de venda a termo.
 - d) Provisionamento para pagamento de 13^º salário, amortização da dívida mobiliária.
 - e) Prestação de contas de suprimento de fundos, transferência de recursos a ente de outra esfera de governo.
- 22- Na avaliação e mensuração dos ativos das entidades públicas, devem ser excluídos dos valores dos estoques, exceto:
- a) Custo de transporte.
 - b) Custo de vendas.
 - c) Quantias anormais de materiais desperdiçados.
 - d) Despesas gerais de administração que não contribuíram para colocar os estoques na condição atual.
 - e) Custo de armazenamento desde que não necessários no curso da produção.
- 23- A respeito da avaliação de investimentos e do imobilizado das entidades públicas, é correto afirmar, exceto:
- a) na avaliação pelo método da equivalência patrimonial, o valor contábil do investimento aumenta ou diminui conforme a variação do patrimônio líquido da investida.
 - b) bens recebidos mediante doação devem ser registrados pelo valor justo na data de aquisição.
 - c) terrenos mantidos para o desempenho das atividades finalísticas também são contabilizados como investimentos.
 - d) após o reconhecimento inicial do imobilizado, a entidade poderá optar por valorá-lo pelo modelo do custo ou da reavaliação.
 - e) em empresas e consórcios públicos que a administração tenha influência significativa, as participações serão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.
- 24- A respeito do reconhecimento da variação patrimonial dos entes públicos na arrecadação de impostos, contribuições e recebimento de transferências, é correto afirmar:
- a) independentemente da forma de lançamento do tributo, o reconhecimento da variação patrimonial ocorre na entrada dos recursos no caixa da instituição.
 - b) da mesma forma que a contribuição principal, a obrigação acessória gera crédito tributário passível de reconhecimento contábil nos termos definidos pelo Código Tributário Nacional.
 - c) nos tributos cujo lançamento seja de ofício, o reconhecimento da variação patrimonial deverá ocorrer primordialmente na homologação.
 - d) nos tributos cujo lançamento seja por homologação, para os casos em que o Estado não tem a informação do fator gerador, a variação patrimonial deve ser reconhecida na arrecadação.
 - e) as transferências não compulsórias recebidas pelas entidades públicas são equiparadas a tributos e, como tal, devem ser tratadas contabilmente.
- 25- Assinale a opção que indica uma exceção na classificação dos imóveis das entidades públicas, segundo as normas contábeis vigentes.
- a) Bens de uso restrito.
 - b) Bens imóveis em andamento.
 - c) Bens dominiais.
 - d) Bens de uso especial.
 - e) Bens de uso comum do povo.
- 26- Assinale a opção que indica um custo que não é atribuível na mensuração do ativo imobilizado.
- a) Honorários profissionais.
 - b) Custos administrativos.
 - c) Custos de pessoal empregados diretamente na construção.
 - d) Custo de frete e manuseio.
 - e) Custo de preparação do local de instalação.

- 27- A respeito do reconhecimento e contabilização dos ativos intangíveis, é correto afirmar:
- ativos intangíveis podem ser produzidos internamente pela entidade.
 - a mensuração do custo não é fator primordial no seu reconhecimento.
 - os ativos intangíveis podem ser inseparáveis da entidade que o possui.
 - a especialização do corpo técnico pode ser reconhecida como ativo intangível.
 - ativos intangíveis não podem estar contidos em elementos que contêm substância física.
- 28- A respeito da reavaliação, redução a valores recuperáveis, depreciação, exaustão e amortização de ativos das entidades públicas, é correto afirmar, exceto:
- uma comissão de servidores pode proceder à reavaliação de ativo mediante a emissão de laudo técnico ou relatório de avaliação.
 - quando não for possível estabelecer o valor de mercado do ativo, pode-se defini-lo com base em parâmetros de referência que consideram bens com características semelhantes.
 - ativos intangíveis não são passíveis de reavaliação em razão da sua natureza imaterial.
 - a reavaliação de um item do ativo imobilizado implica na eliminação da depreciação acumulada daquele item contra o valor contábil bruto do ativo.
 - as empresas estatais dependentes seguem normas específicas quanto à reavaliação dos seus ativos.
- 29- Quando a entidade observar que um item tratado como passivo contingente indicar uma provável saída de recursos com benefícios econômicos ou potencial de serviços, ela deve:
- baixar o passivo contingente e constituir provisão no exercício seguinte.
 - liquidar o passivo contingente e constituir provisão no mesmo exercício.
 - dar ciência do ocorrido nas notas explicativas ao balanço da entidade.
 - constituir provisão no exercício em que houver a probabilidade da saída de recursos.
 - constituir uma provisão no exercício contábil em que for observada a probabilidade.
- 30- Assinale a opção que indica os fatores que levam ao declínio do potencial de geração de serviços por ativos de longa duração e que devem ser reconhecidos na forma de depreciação.
- Deterioração física, obsolescência e perda de objeto.
 - Desgaste com o uso, desgaste natural e desgaste acelerado.
 - Geração de benefício insuficiente e obsolescência.
 - Deterioração física, desgaste com o uso e obsolescência.
 - Perda de utilidade, desgaste natural e consumo pelo uso.
- 31- A respeito da adoção de sistema de custos na administração pública, é correto afirmar:
- a sua adoção no âmbito da Administração Pública Federal se mostrou inviável em razão da vinculação da despesa ao orçamento público determinado pela Lei n. 4.320/1964.
 - embora a Lei n. 4.320/1964 o tenha instituído somente para os serviços industriais, o Decreto-Lei n. 200/1967 o estendeu para toda a Administração Pública Federal.
 - a sua adoção deve ser feita de forma seletiva em razão de a administração pública possuir características que inviabilizam o custeio pleno.
 - a sua adoção é facultativa pela administração pública em razão desta não visar lucro ou resultado econômico.
 - a Lei Complementar n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – determina a sua adoção somente para a avaliação dos programas finalísticos.
- 32- Segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, as contas contábeis, quanto à natureza da variação do seu saldo, podem ser classificadas em:
- Estável ou instável.
 - Unilateral ou bilateral.
 - Estática ou dinâmica.
 - Devedora, credora ou híbrida.
 - Sintética ou analítica.
- 33- Sobre o campo de aplicação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é correto afirmar:
- é de aplicação obrigatória pela administração direta e autarquias e facultativo para as demais entidades.
 - é de uso obrigatório pelas unidades gestoras da administração direta e facultativo para as demais unidades.
 - sua aplicação é obrigatória para as entidades do âmbito federal e opcional para os demais entes federados.
 - seu uso é facultativo por qualquer entidade desde que sigam as normas estabelecidas pela Lei n. 4.320/1964.
 - é aplicável obrigatoriamente por todas as entidades governamentais, sendo facultativo para as estatais independentes.
- 34- Segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, são os seguintes os subsistemas de informações contábeis, exceto:
- Compensação.
 - Custos.
 - Contas a pagar e a receber.
 - Patrimoniais.
 - Orçamentárias.

35- A respeito do registro contábil de transações realizadas em moeda estrangeira, é correto afirmar:

- a) registra-se a transação em moeda nacional convertida pela taxa média do câmbio oficial do mês em que ocorrer a transação.
- b) registra-se a transação em moeda nacional convertida pela taxa média de câmbio oficial anualizada.
- c) registra-se a operação em moeda nacional convertida pela taxa de câmbio oficial da data da transação ajustando-se ao final do exercício pela taxa média anual.
- d) registra-se a operação na moeda de origem, e, além disso, ela deve ser convertida em moeda nacional aplicando-se a taxa de câmbio oficial e vigente na data da transação.
- e) registra-se a transação na moeda de origem e em moeda nacional convertendo-se seu valor pela taxa de câmbio média mensal ou pela taxa da data da transação, valendo a que produzir menor valor para o ativo e menor para o passivo.

36- As alterações do patrimônio de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas evidenciam:

- a) a saída ou a entrada de recursos no caixa da entidade.
- b) o aumento ou a diminuição da riqueza durante o período.
- c) aumento ou a diminuição do fluxo de investimentos no período.
- d) redução ou aumento no fluxo de caixa da entidade.
- e) aumento ou diminuição nas atividades fim da entidade.

37- A respeito da consolidação das contas de que trata o art. 51 da Lei Complementar n. 101/2000 e sua repercussão na consolidação das demonstrações contábeis, é correto afirmar:

- a) o processo de consolidação abrangerá inicialmente todas as entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social.
- b) a consolidação das demonstrações contábeis abrangerá, de início, a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios com mais de 100 mil habitantes.
- c) as demonstrações contábeis serão inicialmente consolidadas sem a exclusão das transações entre entidades em razão da complexidade dessa operação.
- d) as contas consolidadas do exercício anterior devem estar disponíveis para consulta inclusive por meio eletrônico a partir do mês de maio de cada ano.
- e) a consolidação das demonstrações contábeis implica que o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP no 3º nível deve ser aplicado obrigatoriamente por todos os entes.

38- Assinale a opção que indica um conjunto das variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras que devem ser identificadas, agrupadas e evidenciadas por ocasião da elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

- a) Juros recebidos, comissões, descontos concedidos e recebidos e despesas bancárias.
- b) Depreciação, descontos, comissões e despesas bancárias.
- c) Juros incorridos, descontos concedidos, despesas bancárias, contribuições sociais e correções monetárias.
- d) Descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e contribuições especiais.
- e) Juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

39- As obrigações financeiras do governo quanto à possibilidade de ocorrência classificam-se em:

- a) Públicas, diretas e privadas.
- b) Sigilosas, públicas e contingentes.
- c) Diretas e contingentes.
- d) Explícitas e diretas.
- e) Contingentes e implícitas.

40- A Demonstração de Fluxo de Caixa, além de ser elaborada pelo método direto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, deve abranger os seguintes fluxos:

- a) Receitas, despesas e investimentos.
- b) Operações, investimentos e financiamentos.
- c) Operações de crédito, despesa e investimentos.
- d) Execução orçamentária, movimentação extraorçamentária e patrimônio/capital.
- e) Despesa, receita e financiamentos.

41- Com base nos dados da tabela a seguir, caso seja vendido 70% do estoque de produtos acabados, o custo desta venda seria:

Estoque Inicial de Matéria-Prima	R\$ 450.000
Compras de Matéria-Prima	R\$ 735.000
Estoque Final de Matéria-Prima	R\$ 415.000
Estoque Inicial de Produtos em Processo	R\$ 240.000
Estoque Final de Produtos em Processo	R\$ 300.000
Estoque Inicial de Produtos Acabados	R\$ 360.000

- a) R\$ 749.000,00
- b) R\$ 770.000,00
- c) R\$ 735.000,00
- d) R\$ 1.070.000,00
- e) R\$ 1.735.000,00

42- O departamento de contabilidade do grupo Sustentação S.A. presta serviços para duas divisões do grupo, com a seguinte alocação de tempo:

Horas de serviços	Divisões	
	Atlanta	Vegas
Horas disponibilizadas no mês	200	300
Horas consumidas no mês	150	250

Estrutura de Custos no mês:

Custos	R\$
Salários e Encargos (Fixo)	10.000,00
Tinta para impressão (Variável)	1.600,00
Papel sulfite (Variável)	500,00
Aluguel do escritório (Fixo)	6.000,00

Considerar, para distribuição dos custos entre as divisões, que os custos variáveis oscilam de forma proporcional ao tempo consumido pelos departamentos.

Com base nos dados, pode-se afirmar que a divisão:

- a) Atlanta consumiu R\$ 9.600,00 de custos fixos.
 - b) Vegas consumiu R\$ 787,50 dos custos variáveis.
 - c) Atlanta consumiu um total de R\$ 7.187,50 de custos.
 - d) Vegas consumiu um total de R\$ 6.400,00 de custos fixos.
 - e) Atlanta consumiu um total de R\$ 1.312,50 de custos variáveis.
- 43- A empresa Jota S.A. produz dois produtos simultaneamente em sua linha de produção, o produto principal "Alfa" e o produto residual (subproduto) "Beta" comercializado como adubo, que tem historicamente apresentado custo imaterial. Os custos de transformação de cada produto não são separadamente identificáveis. Dessa forma os custos do subproduto Beta devem ser alocados pelo:
- a) processo de absorção.
 - b) custeio variável.
 - c) custo meta.
 - d) custo padrão.
 - e) valor realizável líquido.
- 44- A empresa Foot S.A. é fabricante de sapatos. São custos atribuíveis ao produto:
- a) depreciação do prédio usado pela contabilidade e caixas para embalagem dos sapatos.
 - b) couro curtido e aluguel de armazéns para guarda de produtos acabados.
 - c) depreciação das máquinas da produção e gastos de comercialização.
 - d) solado de borracha e aluguel de armazéns para guarda de couro.
 - e) perdas anormais na produção e caixas para transportes e entrega dos sapatos.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

45- Com relação às assertivas a seguir, pode-se afirmar que:

- I. O valor do aluguel da unidade fabril é um custo fixo por ser o mesmo, independente da quantidade de turnos que a empresa trabalhe.
 - II. No processo de apropriação da mão de obra em empresas de serviços, os custos pertinentes aos consultores devem ser apropriados ao resultado, na medida em que os consultores registram as horas trabalhadas nos projetos.
 - III. Os gastos efetuados com aluguel de gerador de energia, para suprir a falta de energia, é uma despesa variável, por ocorrer somente no período de seca no ano.
- a) todas são verdadeiras.
 - b) somente I é verdadeira.
 - c) somente II e III são verdadeiras.
 - d) somente a III é verdadeira.
 - e) todas são falsas.

Com base no Balanço Patrimonial a seguir, responder às questões 46 e 47.

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$

ATIVO	2012	2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2011
Circulante	22.500	19.500	Circulante	11.500	4.600
Disponibilidades	12.000	10.000	Fornecedores	2.500	1.000
Aplicações Financeiras	2.500	3.500	Duplicatas Descontadas	3.800	3.000
Estoques	8.000	6.000	Financiamentos	5.200	600
Não Circulante	26.500	21.300	Não Circulante	12.000	12.000
Realizável a Longo Prazo	13.000	11.000	Debêntures	12.000	12.000
Investimento	2.000	1.500			
Imobilizado	8.000	6.500	Patrimônio Líquido	15.500	14.200
Intangível	3.500	2.300	Capital Social	12.000	12.000
			Reserva de Lucros	3.500	2.200
TOTAL DO ATIVO	49.000	40.800	TOTAL DO PASSIVO	49.000	40.800

46- O índice de liquidez corrente de 2011 é

- a) 1,07
- b) 1,92
- c) 1,96
- d) 2,19
- e) 4,24

47- O índice de participação do capital de terceiros em relação ao Capital Próprio, em 2012 é

- a) 1,19
- b) 0,92
- c) 1,52
- d) 1,84
- e) 0,63

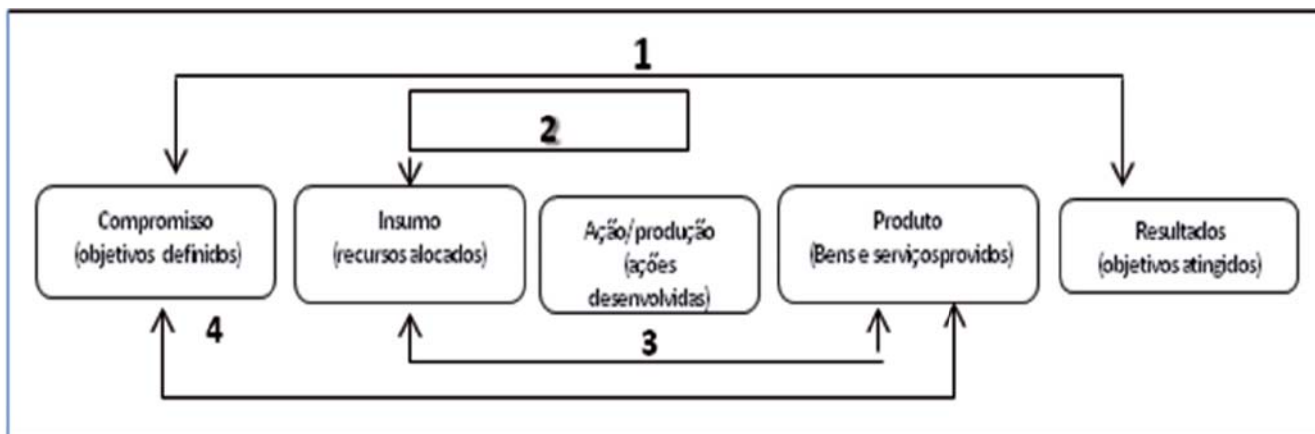
48- A empresa Infinitive Ltda., empresa de auditoria independente, recebeu uma resposta verbal a uma solicitação de confirmação. Após obter essa confirmação, o auditor solicitou à parte que formalizasse por escrito diretamente para ele e não obteve resposta. Nesta situação o auditor

- a) descarta definitivamente o procedimento, porque o mesmo não se enquadra na definição de confirmação externa direta.
- b) aceita o procedimento, uma vez que adotou procedimento de confirmação suficiente.
- c) classifica como confirmação negativa e valida a área auditada.
- d) procura outra evidência de auditoria para suportar as informações da resposta verbal.
- e) ressalva o relatório de auditoria, evidenciando a falta de sucesso na circularização.

49- Os administradores da empresa Jatobá S.A. definiram que as contingências trabalhistas deveriam ser constituídas pelos valores das causas já perdidas em segunda instância. Esta distorção é classificada como:

- a) factual.
- b) de julgamento.
- c) projetada.
- d) estatística.
- e) contingencial.

50- Conforme diagrama a seguir, pode-se afirmar que os números identificam as seguintes dimensões de desempenho:



- a) 1. Efetividade 2. Economicidade 3. Eficiência 4. Eficácia
- b) 1. Economicidade 2. Efetividade 3. Eficiência 4. Eficácia
- c) 1. Efetividade 2. Economicidade 3. Eficácia 4. Eficiência
- d) 1. Eficácia 2. Economicidade 3. Eficiência 4. Economicidade
- e) 1. Efetividade 2. Eficiência 3. Economicidade 4. Eficácia

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br